



ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA.

No dia 18 de junho de 2024, às 17h, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reuniões das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado Altair Silva e Vice-Presidência do Senhor Deputado Massocco, os demais membros da Comissão: Deputado Camilo Martins, Deputado Napoleão Bernardes, Deputado Neodi Saretta e Deputado Volnei Weber. Havendo quórum Regimental, o Senhor Presidente abriu a 6ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura da Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural, cumprimentando os presentes e submetendo à apreciação a ata da 5ª Reunião Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura, que foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Presidente fez a leitura da sinopse da correspondência e outros documentos recebidos: Moção de Apelo 002/2024, da Câmara Municipal de Bom Jesus do Oeste; Moção de Apelo 007/2024, da Câmara Municipal de Maravilha; Moção de Apelo 007/2024, da Câmara Municipal de Bandeirantes; e Moção de Apelo 0001/2024, da Câmara Municipal de Caibi, que pedem esforços objetivando a aprovação do PL 0214/2024, que dispõe sobre amparo à circulação de máquinas agrícolas em rodovias estaduais; Ofício 0019/2024, da Associação dos Bananicultores do Vale do Ribeira (ABAVAR), e Carta 007/2024, da Associação dos Bananicultores de Luiz Alves (ABLA), que solicitam o apoio e a colaboração na equiparação do preço vigente em relação às taxas de importação para que sejam iguais ao do Paraguai, por exemplo, obtendo assim um mercado competitivo e consequentemente contribuir no escoamento da fruta, além de tornar a exportação uma opção viável para os produtores. Em relação à questão da equiparação da taxa de exportação da banana, o Senhor Presidente manifestou apoio ao pleito e informou que irá encaminhar os documentos à Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados e à Frente Parlamentar da Agricultura. Posteriormente, o Senhor Presidente deu início à Ordem do Dia, passando à deliberação do **RCC/0142/2024**, de sua autoria, requerendo a realização de Encontro Técnico no Município de Arroio Trinta, visando debater sobre a cigarrinha do milho, com representantes dos produtores de milho do Estado, bem como autoridades no tema, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência, o Senhor presidente passou a palavra ao Senhor Deputado Camilo Martins para relatar o **PL/0329/2023**, de autoria do Deputado Lucas Neves, que



“altera o art. 2º da Lei nº 18.152, de 2021, que ‘institui o Programa Jovem Agricultor, no âmbito do Estado de Santa Catarina’, para estabelecer a concessão de financiamento para custeio das despesas com deslocamento e alimentação decorrentes da realização de capacitação técnica e inovadora direcionada ao empreendedorismo rural, com taxas e prazos de liquidação diferenciados”, exarou parecer pela aprovação, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Logo após, foi passada a palavra ao Senhor Deputado Volnei Weber, que relatou o **PL/0212/2023**, de autoria do Deputado Maurício Eskudlark, que “altera a Lei nº 18.624, de 2023, que ‘institui a Política Estadual de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo e adota outras providências’, para incluir o fomento à Sucessão Familiar no Campo”, exarou parecer pela aprovação, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Presidente relatou o **PL/0029/2024**, de autoria do Deputado Marcos da Rosa, que “reconhece o mel produzido em Santa Catarina como de relevante interesse econômico e social”, exarou parecer pela aprovação, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, havendo concordância dos demais membros da Comissão, o Senhor Presidente colocou em deliberação extrapauta o Requerimento **RCC/0154/2024**, de autoria do Deputado Fabiano da Luz, que prevê a realização de audiência pública no Plenarinho da Alesc, no dia 10 de julho, às 10 horas, para tratar da reestruturação e do fortalecimento das empresas públicas agrícolas em Santa Catarina. Após discussão, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Dando continuidade, o Senhor Presidente anunciou a participação do Senhor Jairo Afonso Henkes, Gerente de Projetos, e do Senhor Léo Teobaldo Kroth, Diretor de Cooperativismo e Desenvolvimento Rural da Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural de Santa Catarina, representando o Secretário Valdir Collato, para apresentar o Programa Leite Bom Santa Catarina, conforme o RCC/0115/2024, aprovado pelo colegiado. O Senhor Deputado José Milton Scheffer, autor do requerimento, enfatizou a importância do setor leiteiro para a economia do estado e os desafios enfrentados, como a importação de leite de outros países e as adversidades climáticas. Destacou a redução significativa no número de famílias produtoras de leite, de 70 mil para 23 mil famílias, e a necessidade de apoio governamental para manter a produção. O Senhor Léo Teobaldo Kroth explicou o funcionamento do Programa Leite Bom SC, que prevê um investimento de R\$ 300 milhões na cadeia de produção, divididos em três linhas de ação ao longo de três anos. Detalhou que a primeira ação do programa é o decreto, em vigor desde o dia 7 de junho, que suspende a



importação de leite e derivados com incentivo fiscal, equiparando a tributação entre o leite produzido no Estado e o importado. A segunda ação contempla incentivos fiscais para a indústria leiteira catarinense, totalizando R\$ 150 milhões em três anos. Informou que o Governo do Estado deverá encaminhar nos próximos dias um projeto de lei sobre o tema para discussão e votação na Assembleia Legislativa. A terceira ação inclui financiamentos diretos para os produtores através do Pronampe Leite SC e do Financia Leite, com recursos do Fundo de Desenvolvimento Rural. Este financiamento prevê beneficiar cerca de 7.200 produtores, visando reduzir custos, melhorar a qualidade do leite e as condições de trabalho. Na sequência, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Jairo Henkes, que ressaltou que, apesar dos atrasos causados pelas enchentes, o apoio à cadeia leiteira frente à tributação federal e à concorrência com produtos importados se manteve. Ele elogiou a Assembleia e o Governador pela preocupação com essas questões e destacou que o programa terá papel importante na estratégia de garantir a manutenção da sucessão no campo. O Senhor Léo Kroth retomou a palavra para falar sobre o Programa Emergencial de Custeio Agropecuário, que tem mais de 10.000 processos em tramitação, com mais de 3.000 já pagos, destacando a necessidade de mais recursos para atender a alta demanda. O Senhor Deputado Rodrigo Preis, relatou a importância deste socorro dado ao produtor de leite, que sofre com a queda de preço, questões climáticas e altos custos da produção. Manifestou a preocupação com a aplicação dos recursos na ponta, devida ao baixo número de funcionários da Epagri em alguns municípios. O Senhor Deputado Massocco sugeriu ajustar os valores dos programas para atender mais agricultores e destacou a necessidade de aumentar o número de profissionais da Epagri em municípios carentes de assistência técnica. No encerramento, o Senhor Deputado José Milton Scheffer destacou a importância do Programa Leite Bom e a necessidade de ampliação dos recursos destinados ao setor. Relatou ainda que mais de 40 municípios catarinenses esteja sem equipe de extensão rural e enfatizou a necessidade de ampliação dos quadros, não por meio de terceirização, mas por concurso público. Propôs ainda que a Comissão de Agricultura tome a iniciativa de um requerimento para que a Assembleia Legislativa reivindique ao Governo do Estado um aporte adicional de pelo menos o dobro de recursos, dada a importância do setor agrícola catarinense. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual eu, Adriano Rotta, Assessor de Comissão Permanente, lavrei esta Ata, que, após lida e aprovada



pelos membros do colegiado, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia.

Sala de reuniões das comissões, 18 de junho de 2024.

Deputado Altair Silva
Presidente da Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural